



**CONFERÊNCIA MINISTERIAL SOBRE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL E  
FACILITAÇÃO EM ÁFRICA**

**WINDHOEK, NAMÍBIA, 4- 8 de ABRIL de 2016**

**SESSÃO DE PERITOS**

**4-8 de ABRIL de 2016**

**RELATÓRIO**

## **PARTE I – INTRODUÇÃO**

### **1. OBJECTIVOS DA CONFERÊNCIA**

1.1 A Comissão Directiva do Plano Regional Abrangente da Implementação da Segurança da Aviação Civil e Facilitação em África (Plano AFI SECFAL) recomendou a organização de uma Conferência Ministerial de Alto Nível, sob os auspícios conjuntos da ICAO e da União Africana (UA), em estreita colaboração com a AFCAC.

1.2 O principal objectivo da Conferência é reforçar o compromisso político total dos Estados Africanos para o êxito da implementação do Plano AFI SECFAL, apoiando assim um quadro através do qual os Estados Africanos, Estados doadores, organizações e a indústria coordenem as suas actividades com a finalidade de garantir a eficaz implementação da segurança da aviação civil e da facilitação.

1.3 O resultado da Conferência Ministerial será a adopção de uma Declaração sobre segurança da aviação civil e facilitação em África, juntamente com as respectivas metas.

1.4 A Declaração e o conjunto de metas serão, posteriormente, apresentadas à aprovação da Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da UA, obtendo assim, definitivamente, o pretendido compromisso político continental. As metas servirão como documento de trabalho para orientar a implementação dos resultados da Conferência.

### **2. LOCAL, DATA E PARTICIPANTES**

2.1 A Sessão de Peritos da Conferência Ministerial sobre Segurança da Aviação Civil e Facilitação em África realizou-se nos dias 4 a 6 de Abril de 2016, em Windhoek, na Namíbia. A Conferência contou com a presença de mais de 200 participantes, incluindo altos funcionários dos Estados Africanos, organizações internacionais e regionais, parceiros do desenvolvimento industrial e outras partes interessadas. A Lista de Participantes é apresentada no **Apêndice A**.

### **3. ABERTURA DA REUNIÃO**

3.1 Durante a sessão de abertura, o Vice-Ministro e Ministro das Obras Públicas e Transportes, Sr. Sankwasa James Sankwasa, fez uma intervenção dando as boas-vindas a todos os delegados à Namíbia e fazendo votos de deliberações de sucesso que beneficiassem a Namíbia e a África no seu todo.

3.2 O Sr. Twijuke, Kabbs, Presidente da Comissão Directiva do Plano AFI SECFAL, o Sr. Boubacar Djibo, Director do Gabinete de Transportes Aéreos da Organização Internacional da Aviação Civil, a Sr.<sup>a</sup> Iyabo O. Sosina, Secretária-Geral da AFCAC e o Sr. David Kajange da Comissão da União Africana fizeram intervenções de abertura.

3.3 O Sr. Alpheus G !Nasureb, Ministro das Obras Públicas e Transportes da Namíbia agradeceu aos Estados, Organizações Regionais e Parceiros a sua presença na conferência e advertiu que as persistentes deficiências relacionadas com a segurança afectam os Estados de várias formas, quando as suas companhias aéreas são colocadas na lista negra ou recebem faixas horárias desfavoráveis fora do continente. O Sr. Ministro fez notar que muitos Estados consideram difícil a implementação das normas e práticas recomendadas (SARP) da ICAO e, contudo, a Região AFI testemunhou um aumento do tráfico de passageiros de 5,5%, desde 2013, ao mesmo tempo que os passageiros esperam um padrão de prestação de serviços equivalente nos diferentes Estados. Espera-se que a conferência

apresente um Roteiro para resolver os desafios que se colocam, tanto a nível nacional como regional. A Namíbia aprovou uma nova projecto de lei da aviação civil que pretende melhorar o sector, ao mesmo tempo que os Estados se preparam para a auditoria USAP – CMA da ICAO.

## **PARTE II – RELATÓRIO SOBRE OS PONTOS DA ORDEM DO DIA**

### **4. ELEIÇÃO DA MESA E ADOÇÃO DA ORDEM DO DIA**

4.1 A Mesa foi eleita pelos participantes, tendo ficado a Namíbia como Presidente, o Burquina Faso como Vice-Presidente e o Quénia como Relator.

4.2 Os participantes analisaram e aprovaram o Projecto de Ordem do Dia, tal como foi apresentado. O Projecto de Ordem do Dia está anexado a este relatório como Apêndice B.

### **5. DELIBERAÇÕES SOBRE A ORDEM DO DIA**

#### **5.1 PANORÂMICA DA SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL E FACILITAÇÃO EM ÁFRICA**

##### *Apresentação sobre a situação da segurança da aviação civil e facilitação em África*

5.1.1 O Secretariado da ICAO apresentou um documento de trabalho descrevendo a situação da Segurança da Aviação Civil e Facilitação em África e salientando os principais desafios e os progressos alcançados, em particular: os resultados do Programa Universal de Auditoria da Segurança em África, comparados com os resultados obtidos a nível mundial, um resumo das metas do Plano AFI SECFAL, incluindo os prazos para a sua implementação, e os esforços de formação de capacidades que a África está a desenvolver.

##### *Apresentação pela Comissão Africana da Aviação Civil (AFCAC)*

5.1.2 O Secretariado da AFCAC apresentou um documento de trabalho sobre a situação da segurança da aviação civil e facilitação em África, tendo sublinhado os desafios e outras questões que deverão ser discutidas durante a Reunião de Alto Nível, com vista a obter o apoio dos Ministros para as resolver. Entre elas contam-se: mitigar as novas ameaças emergentes, incluindo as ameaças internas na indústria aeronáutica; reforço das capacidades do pessoal da AVSEC e sua retenção; implementação dos aspectos da segurança indicados no Anexo 9, segurança da carga, conceito de ponto de segurança único, modernização do equipamento de segurança; gestão dos riscos e partilha de informação; coordenação e utilização do Grupo de Peritos da AVSEC em África; destacamento de peritos para reforçar a AFCAC, não participação nas reuniões da AVSEC; Rede de Pontos de Contacto (PC) da Segurança da Aviação Civil (PC); e aprovação atempada dos Regulamentos.

##### *Apresentação pela Comissão da União Africana (CUA)*

5.1.3 A CUA apresentou um documento de trabalho sobre a situação das actividades que implementou para a segurança da aviação civil em África, especificamente as realizadas ao abrigo da Parceria para as Infraestruturas UE-África. A apresentação salientou o projecto desenvolvido em Apoio ao Subsector do Transporte Aéreo e Aplicações de Serviços por Satélite em África, que apresenta componentes sobre segurança na aviação, protecção da aviação e sistemas de navegação aérea baseados em satélites.

5.1.4 O objectivo da apresentação era explorar um quadro que permitisse ao projecto acrescentar valor ao Plano AFI SECFAL na implementação da Declaração e Metas sobre segurança da aviação civil e facilitação em África, definir o caminho a seguir para facilitar a apropriação do resultado final do projecto pelos Estados Africanos, através da continuidade dos serviços necessários, e conceber um quadro de coordenação entre as principais partes interessadas e parceiros, para o reforço da segurança da aviação civil e facilitação em África.

5.1.5 Os delegados manifestaram a sua preocupação pelo facto de faltar comunicação para sensibilizar todos os Estados-Membros da União Africana num projecto tão importante de formação de capacidades, tendo inquirido acerca dos critérios aplicados na identificação dos Estados prioritários que beneficiaram o projecto, que está agora a aproximar-se da sua fase de encerramento. A CUA esclareceu que se tratava de um projecto-piloto e que os seus resultados seriam considerados para continuidade noutros países, através de várias iniciativas que seriam tomadas pelas partes interessadas e pelos parceiros. Esta preocupação será discutida em iniciativas futuras. A CUA indicou também que as comunidades económicas regionais (CER) e a AFCAC são membros da comissão directiva do projecto.

#### ***Apresentação pela ICAO sobre a Estratégia do Programa de Identificação de Passageiros (TRIP)***

5.1.6 A apresentação descreveu os objectivos do TRIP da ICAO, a cooperação e a coordenação entre os vários actores e o benefício do TRIP em relação à AVSEC e FAL. A apresentação transmitiu duas importantes mensagens relacionadas, respectivamente, com a necessidade de proteger e salvaguardar o sistema de emissão de documentos de identificação e o uso da base de dados sobre Documentos de Viagem Furtados e Perdidos (SLTD) da INTERPOL por parte dos Estados.

#### ***Apresentação pela ICAO sobre a Introdução do Directório de Chaves Públicas (PKD)***

5.1.7 A ICAO fez a apresentação de um documento de trabalho sobre PKD, que realçava o PKD como uma componente essencial do TRIP da ICAO e um instrumento vital no Controlo de Fronteiras para uma leitura e verificação eficientes e seguras dos MRTD. O PKD constitui um sistema organizado, simples, seguro e custo-eficaz para partilhar informação validada e actualizada sobre as Chaves Públicas, que evita o complicado processo da troca de certificados entre os Estados.

5.1.8 A apresentação salientou o número crescente de Estados participantes, assim como as taxas significativamente reduzidas de inscrição e afiliação. No entanto, a significativa lacuna entre o número de Estados que emitem passaportes electrónicos e o número de participantes no PKD significa que os benefícios do PKD não estão a ser compreendidos. Foi salientado que os investimentos feitos por um Estado para o desenvolvimento de um passaporte electrónico teriam pouco ou nenhum valor acrescentado, se ele não participar no PKD.

5.1.9 Questionada sobre a existência de pré-requisitos para a adesão ao PKD, a ICAO esclareceu que os Estados podem aderir ao PKD, antes da emissão dos documentos de viagem de leitura óptica, para beneficiarem do seu uso na validação dos passaportes electrónicos existentes dos Estados que são membros do PKD, assim como para assegurar que os seus próprios passaportes electrónicos são emitidos de acordo com as orientações estabelecidas.

#### ***Apresentação pela ICAO sobre o sistema de Informações Antecipadas sobre Passageiros (API)***

5.1.10 A ICAO fez uma apresentação sobre os recentes desenvolvimentos no Anexo 9, relativamente ao sistema API e suas vantagens, assim como às da API interactiva (iAPI). Esta apresentação esclareceu a definição de Informações Antecipadas sobre Passageiros (API), tendo salientado os

dados da API e o sistema de transmissão, política e regulamentos da API, a API Interactiva (I-API) e quadro regulador do sistema, com especial atenção para os benefícios da API.

5.1.11 Alguns participantes expressaram algumas preocupações sobre que garantias poderiam ser dadas acerca da protecção de dados dos passageiros e a necessidade de fazer uma emenda ao quadro regulador nacional para implementar a API. A ICAO informou os delegados de que a protecção dos dados terá de ser integrada nos requisitos da API, para que a sua protecção esteja garantida. Os participantes foram também informados da necessidade de alinhar os regulamentos nacionais com as especificações contidas nas orientações da API, para os Estados que a decidam implementar.

## **5.2 PERSPECTIVA DOS PARCEIROS/PARTES INTERESSADAS SOBRE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL E FACILITAÇÃO EM ÁFRICA**

### ***Apresentação pela Comissão Europeia /Conferência Europeia da Aviação Civil (CE/ECAC)***

5.2.1 A CE apresentou um documento de trabalho sobre o seu Projecto de Segurança da Aviação Civil (CASE). A finalidade global do Projecto CASE é contrariar a ameaça do terrorismo contra a aviação civil, melhorando o nível de segurança nos Estados parceiros, através de actividades de formação de capacidades. O Projecto CASE foi oficialmente lançado em 1 de Novembro de 2015. Este Projecto para quatro anos (2015-2019) consiste em actividades de formação de capacidades organizadas em benefício de países parceiros, em África e na Península Arábica. Este Projecto é financiado pela União Europeia (UE) e implementado pela Conferência Europeia da Aviação Civil (ECAC). O Presidente registou a apresentação e encorajou os Estados e a AFCAC a participarem no Projecto CASE.

### ***Apresentação pela Unidade Francesa de Assistência à Segurança da Aviação Civil Regional (CRASAC) sobre o reforço da segurança da aviação civil em África***

5.2.2 O representante da CRASAC apresentou os antecedentes do Programa Francês de Assistência à Segurança da Aviação Civil em África, destacando a avaliação que efectuaram sobre o impacto do programa, salientando os desafios enfrentados, assim como alguns dos seus sucessos. Esta apresentação foi muito apreciada pelos Estados.

### ***Apresentação pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL)***

5.2.3 A INTERPOL fez uma apresentação acerca da prevenção de ocorrências ilícitas, através de informação e dados sobre o terrorismo. A INTERPOL informou os delegados de que a segurança da aviação está ligada à segurança dos documentos de viagem, gestão da identificação e controlos de fronteira e não deverá ser tratada isoladamente. Os documentos de viagem furtados e perdidos constituem o bem mais valioso para os terroristas e criminosos internacionais. Informaram que são encorajados pelo Painel de Facilitação da ICAO, que recomenda que os Estados-Membros notifiquem imediatamente a informação, para ser integrada na base de dados SLTD da INTERPOL e também usem a base de dados nos pontos fronteiriços de entrada e saída. O uso fraudulento de documentos de viagem pelos terroristas e criminosos constitui uma ameaça à segurança.

### ***Apresentação pelos Estados Unidos da América sobre as Melhores Práticas da Colaboração Mundial para combater a interferência ilegal com a aviação em África***

5.2.4 Os EUA (representados pela TSA) fizeram uma apresentação sobre as Melhores Práticas da Colaboração Mundial para combater a interferência ilegal com a aviação em África, salientando as actuais ameaças para a aviação civil, os métodos de as perpetrar e subseqüentes contramedidas.

### ***Apresentação pelo Conselho Internacional dos Aeroportos (ACI)***

5.2.5 A ICAO apresentou, em nome do ACI, um documento de trabalho que explica a Excelência Aeroportuária (APEX) do Programa de Segurança do ACI, a qual pretende promover mais operações de segurança aeroportuária em todo o mundo e procura o apoio dos Estados para a sua implementação. Os participantes registaram com apreço o conteúdo da apresentação do ACI.

### ***Apresentação pela Associação Internacional dos Transportes Aéreos (IATA)***

5.2.6 A IATA sublinhou as suas iniciativas para o progresso da Segurança da Aviação Civil e Facilitação, realçando as suas iniciativas-chave (FastTravel, Formação de Capacidades para a Carga e Ameaças Emergentes) lançadas para melhorar a segurança e a facilitação na indústria da aviação civil, e solicitou a sua inclusão no plano da AFI SECFAL, para melhorar a segurança da aviação civil e a facilitação. Os delegados sugeriram o envolvimento das Comunidades Económicas Regionais (CER) no processo de convites, duplicação de esforços, etc., que constituem um desafio para as dificuldades orçamentais dos Estados.

### ***Apresentação pela Associação das Companhias Aéreas Africanas (AFRAA)***

5.2.7 A AFRAA apresentou a sua abordagem relativa ao reforço da segurança da aviação civil e facilitação em África. A AFRAA exortou os Estados a consultarem as partes interessadas da indústria, de forma colaborativa, quando desenvolvessem futuras iniciativas de regulação e de decisão política. Os Estados, que ainda não o fizeram, foram instados a ratificar o Protocolo de Montreal, de 2014, sobre Passageiros Desordeiros, entre outros assuntos. A AFRAA apelou ainda a todas as partes interessadas que colaborassem e cooperassem entre si, para reforçar a eficácia do sistema de segurança e a cooperação sob os auspícios da ICAO, para enfrentar ciber-ameaças à segurança. Os delegados tomaram nota das questões e recomendações apresentadas pela AFRAA.

## **5.3 PLANO AFI SECFAL**

### ***Apresentação pela ICAO sobre o Plano da AFI SECFAL***

5.3.1 O Secretariado do Plano AFI-SECFAL elaborou um documento sobre os Objectivos e Programa do Plano AFI SECFAL, e sobre os benefícios globais do reforço sustentável da segurança da aviação civil e facilitação em África. A ICAO solicitou aos delegados: que apoiassem a adopção da Declaração e respectivas Metas, para a segurança da aviação civil e a facilitação, cujos resultados visam proteger a Aviação Civil em África da sua vulnerabilidade a interferências ilegais, incluindo actos terroristas; que demonstrassem um forte empenhamento político e técnico na formação de capacidades, particularmente em conformidade com os Anexos 9 e 17; e partilhassem recursos, experiências e informação para apoiar o plano AFI SECFAL.

### ***Apresentação pela AFCAC sobre o Grupo Regional para a Segurança da Aviação Civil e Facilitação (RASFG)***

5.3.2 A AFCAC salientou as iniciativas tomadas no passado para criar um Grupo Regional para a Segurança, em sintonia com a decisão da Conferência dos Ministros Africanos dos Transportes (CAMT II) da União Africana, em Luanda, Angola, e a criação do Grupo da Segurança da aviação civil e Facilitação (RASFG- AFI), sob os auspícios do Plano da AFI SECFAL. Observou-se que, durante a criação do RASFG-AFI, o Grupo de Trabalho já existente AFCAC AVSEC serviu como seu modelo. O AFCAC exortou os delegados a considerar que a segurança da aviação civil se baseia e

cumpra o plano AFI e os processos AFI-CIS, na sua fase de desenvolvimento, para envolver eficazmente as organizações internacionais, regionais e os Estados Membros.

5.3.3 Os Estados expressaram a sua forte vontade de apoiar o Plano AFI-SECFAL e a criação do RASFG. Para além disso, os Estados encorajaram a criação de uma base de dados para Peritos Africanos, e relembraram a necessidade de reforço das sinergias, de modo a evitar a duplicação de esforços.

#### **5.4 ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE UM PROJECTO DE DECLARAÇÃO, ASSIM COMO DE METAS DE SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL E FACILITAÇÃO**

5.4.1 Neste ponto da Ordem do Dia, o Secretariado apresentou um projecto de Declaração e respectivas propostas de Metas. Durante os debates dos dois projectos de documentos, os Estados afirmaram o seu apreço pela iniciativa a tomar como resposta às preocupações sobre a segurança da aviação civil e facilitação em África. As sugestões e comentários foram enviados para serem analisados. O Presidente encorajou os Estados a apresentarem os seus contributos ao Secretariado, para serem integrados nos projectos finais. Os delegados analisaram ainda o projecto final da declaração e das metas, tendo aprovado a sua apresentação à consideração da sessão ministerial.

#### **5.5 ACÇÃO DE FORMAÇÃO**

5.5.1 Durante a Conferência, realizou-se uma acção de formação que incluiu apresentações e debates em painel sobre a Iniciativa da ICAO “Nenhum País Será Esquecido”, o contexto de risco em África, mecanismos de cooperação para a segurança regional e o PKD. A sessão realçou alguns dos desafios do terrorismo que os Estados enfrentam, incluindo a ameaça das MANPAD e a radicalização dos jovens, assim como as medidas contra o terrorismo da Resolução 2178 (2014) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

#### **5.6 OUTROS ASSUNTOS**

5.6.1 Foi feita a observação de que teria sido útil que os projectos de documentos tivessem sido distribuídos aos delegados muito antes da conferência, para permitir consultas internas antes da reunião.

5.6.2 Foi também recomendada a criação de um mecanismo de implementação da Declaração e das Metas, sob os auspícios do Plano AFI SECFAL

5.6.3 A reunião terminou às 16h e 30m do dia 6 de Abril de 2016